

Vandalismo não!

Júlio César Borges¹

28.06.2013

Ao florescer das primeiras grandes manifestações pelas ruas brasileiras, as redes de televisão e jornais dominantes não hesitaram em nomeá-las de vandalismo e violência, como o fez o comentarista do Jornal da Globo comparando os manifestantes aos integrantes do PCC. Num segundo momento, à medida que as manifestações ganhavam corpo e conquistavam apoio popular, o discurso da mídia mudou, passou a dividir as pessoas entre vândalos e pessoas de bem, criminosos e manifestantes, atos de violência e outros de cidadania. Com isso manteve-se o discurso de criminalização das ações de vandalismo, sem ter que esconder o caráter democrático das manifestações. Ontem, essa mensagem foi reforçada pela Polícia Militar de Minas Gerais, que saiu pelas ruas em carro de som pedindo às pessoas de bem que não se misturassem com os bandidos e que retornassem para suas casas, pois ainda havia muitos criminosos violentos pelas ruas da cidade.

Mas seria o caso de dizer que se trata de vândalos, bandidos, criminosos? É certo que não. Vandalismo, segundo o dicionário Aurélio, é a destruição daquilo que, por sua importância tradicional, pela antiguidade, ou pela beleza, merece respeito.

O que ocorre são atos de absoluta desobediência civil, que consiste em ação política e uma forma de expressão da cidadania, na medida em que não pretende quebrar as regras de convivência social, mas sim garantir que elas se realizem. Nesse sentido, sequer são atos revolucionários ou subversivos; sua expressão é circunscrita ao tempo e espaço das manifestações. Henry Thoreau – “A desobediência Civil”, p.10 – escreveu, em 1849: “todos os homens reconhecem o direito de revolução; isto é, o direito de recusar obediência ao governo, e de resistir a ele, quando sua tirania ou sua ineficiência são grandes e intoleráveis”.

Um levantamento dos atos de “vandalismo” noticiados pela mídia nas cidades de Belo Horizonte e no Rio de Janeiro pode nos ajudar a compreender esse fenômeno.

¹ Pesquisador do Programa de Estudos da Esfera Pública – PEEP

Primeiramente, não há registros de violência contra civis – exceto as expressões de intolerância que surgiram contra movimentos sociais e partidos políticos, mas logo foram abafadas. Além disso, os atos de depredação mostram uma seletividade (não é exclusividade) por concessionárias de veículos, carros das emissoras de televisão, agências bancárias, instituições do legislativo e executivo, e símbolos da própria polícia militar.

Ora, não há coincidência no fato social. Os objetos de ação dos “vândalos” encontram direta associação com as principais questões políticas levantadas nas manifestações: transporte público e mobilidade urbana; democratização dos meios de comunicação; concentração de renda e domínio de grandes grupos econômicos; reforma política; e desmilitarização da polícia, contra a violência policial.

Pronto, é só ligar vandalismo e demanda política. Tem tudo a ver!

Mas, o que explica a adoção dessa forma de manifestação? A questão deveria seguir mais por este caminho, de tentar compreender esse fenômeno e o que ele representa. Não há uma resposta, mas hipóteses. Pode ser a expressão da individualidade em meio à rede social que compõe as manifestações. Tem-se falado que a juventude transforma as ruas num equivalente das redes sociais, como um mural do Facebook que permitem as mais diversas formas de expressão. Por isso não acredito serem ações orquestradas.

Pode ser apenas a euforia e sensação de poder, de ser ali mais forte do que o Estado, do que o mercado. Destruir, sem pudor, um carro cujo preço está muito além do seu poder de consumo deve abrir um canal para liberar os desejos e frustrações de um cidadão que não se contenta ou não se vê inserido na sociedade do consumo.

Mas, talvez a melhor explicação seja a possibilidade de ser reconhecido como sujeito, ainda que de forma criminalizada. É uma maneira de ser visto, de romper com a indiferença com que este indivíduo vem sendo tratado tanto pelo Estado quanto pelo mercado, ou uma forma de retribuir na mesma moeda a violência física e simbólica que se vive no cotidiano.

Ser favorável ou contrário a estas formas de manifestação é um juízo pessoal, não se trata de defender nem de acusar estes atos, se trata de compreender e reconhecê-los

como formas de expressão política e de cidadania. Desobediência civil não é baderna, e precisamos diferenciar as coisas para não correr o risco de enfraquecer a esse movimento político.